

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.590 - SE (2018/0306832-6)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**AGRAVADO : THIERS DOS SANTOS MENDONCA**  
**ADVOGADO : FABRICIO CARVALHO DE SOUZA - SE008745**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal – CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do do Estado de Sergipe.

Consta dos autos que THIERS DOS SANTOS MENDONÇA foi denunciado como incurso no art. 147, do CP, c/c art. 7º, II e V, da Lei n. 11340/06 (ameaçou a vítima, sua ex-companheira, de causar-lhe mal injusto e grave - crime de ameaça no âmbito de violência doméstica). O Juízo da 1ª Vara Criminal de Itabaiana/SE rejeitou a denúncia e absolveu o acusado por ausência de provas, com amparo no art. 386, VII, do CPP (fls. 131/136).

A acusação interpôs apelação, a qual foi desprovida, mantendo-se a absolvição, em face da insuficiência de provas aptas a amparar a condenação do apelado, prevalecendo o princípio *in dubio pro reo* (fls. 208/212).

Em sede de recurso especial, alegou o *Parquet* violação ao art. 147, do CP e ao art. 7º, II e V, da Lei n. 11340/06, sustentando necessidade de reavaliação jurídica das provas, pois o depoimento da vítima em juízo se mostrou no mesmo sentido do prestado na fase inquisitiva, bem como da testemunha Maria Cristilaine de Lima.

Assevera que a Corte de origem não valorou corretamente os elementos de prova constantes nos autos, pois em delitos praticados no contexto de violência doméstica, a palavra da vítima tem especial relevância, colacionando julgados de tribunais estaduais.

Demonstra divergência jurisprudencial entre o acórdão vergastado e paradigmas deste Tribunal Superior, aduzindo pela não incidência do enunciado n. 83 da Súmula/STJ.

Pugna pelo provimento do apelo nobre para cassar o acórdão recorrido e condenar o ora recorrido nos crimes a ele imputados (fls. 220/238).

Contrarrazões (fls. 282/293).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o óbice do revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7/STJ (fls. 296/298).

Em agravo em recurso especial, a defesa refutou o fundamento da decisão agravada (fls. 305/312).

Contraminuta às fls 315/322.

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo conhecimento e desprovemento do agravo em recurso especial (fls. 333/336).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

O Tribunal *a quo* assim se manifestou quanto ao pleito de condenação, *verbis* (fls.214/216):

*Busca o recorrente a condenação do réu pela prática do delito de ameaça (art. 147 do Código Penal, c/c art. T II e V da Lei 11.0340/06) contra sua ex-companheira Sônia dos Santos Gois, argumentando, cm síntese, que a comprovação da autoria do crime em tela é satisfatória, pois, em que pese a negativa de autoria do réu, as declarações da vítima c testemunha se encontram em perfeita consonância com as demais provas dos autos.*

*Pois bem. O juízo sentenciante, ao absolver o réu, entendeu não haver prova judicial da existência da ameaça ocorrida cm 15.11.2017, consistente na frase supostamente dita pelo acusado: "eu quebro a porta, imagine a sua cara".*

*De plano, adianto que estou mantendo o posicionamento firmado pelo Magistrado de origem, pois no cotejo da prova oral produzida nos autos, não vislumbro a configuração típica do delito de ameaça na espécie, ao menos não com a necessária segurança. Isso porque, não restou comprovada com a segurança que exige uma condenação penal, a prática do delito imputado ao apelado.*

*Compulsando os autos é possível constatar que a Ação Penal foi promovida com base nos depoimentos da ofendida na Delegacia, com a informação de que teria sido vítima de ameaça praticada pelo réu, inconformado com a separação.*

*Em Juízo, a vítima confirmou as suas declarações prestadas perante a autoridade policial, afirmando que:*

[...] no dia do fato eles discutiram e ela mandou o acusado ir embora. Que o acusado morava na residência dela. Que o fato aconteceu no dia 04/11/2017. Que depois

disso ele ficou mandando mensagem para ela. Que tudo dele era para matar e ficava atrás dela. Que não tem todas as mensagens, mas as que tem colocou no processo [...] Que a ameaça consistiu na afirmação do réu de que iria matá-la, quebrar a sua cara, e arrancou o trinco da porta da casa porque ela mandou ele ir embora e disse que não o queria mais. [...] Que já foi ameaçada na frente de outras pessoas, mas ninguém quer se meter por medo dele fazer alguma coisa.

*Também foi ouvida a testemunha da acusação Maria Cristilande de Lima, que tinha relação de amizade com a vítima e o acusado, a assim relatou:*

Disse que é colega da vítima e do acusado. Que conheceu primeiro Sônia e depois o acusado. Que sempre chamava os dois para tomar café na sua casa. [...] Que o casal às vezes brigava. Que não sabe das ameaças ocorridas no dia 15/11/2017, só sabe mesmo das fotos que caíram na internet, que foram jogadas nos grupos. Que foi o réu quem jogou as fotos na internet. Que conversou com Sônia sobre essas fotos e ela disse que foi o acusado quem tirou no celular dele, quando os dois estavam juntos. Que antes de divulgar, o acusado enviou mensagem para Sônia dizendo para ela ficar com as fotos de lembrança. [...] Que viu uma mensagem de texto do acusado no celular da vítima em que ele dizia: "você já imaginou entrar dentro de um carro e dando a última viagem?". A declarante afirma que viu a mensagem. Que a mensagem foi enviada do número do celular dele para o de Sônia. [...] Que atualmente o acusado não perturba Sônia. Que conversou com o acusado e pediu para ele deixar Sônia em paz, pois ela estava constrangida. Que convidou Sônia para ficar um tempo com ela, pois ela vivia chorando, com vergonha. Que sobre a fechadura da casa da vítima disse que foi o acusado que arrancou quando saiu da casa de Sônia. Que não viu o acusado arrancando a fechadura. Que já ouviu o acusado ameaçar Sônia e ele dizia: "se fizer por onde eu acabo com tudo, eu não tenho medo de morrer de forma alguma e antes de ir eu levo, seja lá quem for". Que ele dizia isso quando eles brigavam. [...] Que havia muito ciúmes por parte dos dois. Que não presenciou a ameaça específica que consta na denúncia, onde o acusado teria dito: "eu quebro a porta, imagine a sua cara". Que Sônia falou para a declarante, mas ela não presenciou.

O réu ao ser interrogado em juízo, por sua vez, asseverou:

Que conviveu com Sônia e não teve problema nenhum. Que não sabe nada nem sobre a porta e nem sobre essa confusão. Que a única coisa que aconteceu foi que no dia que foi na casa de Sônia pegar as suas coisas ela não estava em casa, que esperou um tempo e depois foi para a loja dele. Que foi chamar sua mãe para ir na casa de Sônia para poder tirar suas coisas de lá. Que não está sabendo da porta e nem da ameaça. Que Sônia ameaçou a mãe dele. Que sua mãe foi na casa de Sônia e as duas tiveram uma contradição. [...] Que não está sabendo de nada sobre as fotos. Que não enviou nada para Sônia pois estava sem acesso a Whatsapp, que é o da sua loja. Que seu telefone estava bloqueado. Que não tirou foto nenhuma e nem enviou. Que a única vez que viu essas fotos foi quando chegou na delegacia. Que muitas pessoas perguntaram se ele teria enviado foto para alguém. Que uma amiga sua disse que tinha umas fotos de uns amigos dela, dizendo que teria sido o declarante que mandou. Que se fosse mandar alguma coisa mandaria para seus amigos e não para os amigos de Sônia [...] Que nem sabia da ameaça de que quebraria a cara da vítima. Que depois da separação Sônia não se deu por satisfeita, porque depois do término ele voltou a conversar com sua ex-esposa e isso gerou muita confusão. Que Sônia ameaçou a ex-esposa do acusado e enviou mensagens para sua mãe, a "esculhambando". Que tem medo da vítima e passa para o outro lado da rua quando passa por ela. Que ela não o deixou em paz ainda. [...]

*Conforme se infere dos depoimentos prestados, não se pode assegurar que o fato narrado na denúncia, de fato, ocorreu. Isso porque os referidos depoimentos se referem a fatos delituosos supostamente praticados pelo acusado, contudo, não são objeto da ação penal em tela, que, como já consignado anteriormente, consiste na ameaça ocorrida em 15.11.2017, onde o apelado teria proferido a seguinte ameaça: "eu quebro a porta, imagine a sua cara".*

*Soma-se a isso o fato de que os registros fotográficos juntados aos autos não se configuram como prova acerca da existência do crime praticado pelo apelado, considerando que não houve testemunhas presencias do fato e que a porta pode ter sido quebrada por qualquer pessoa.*

*Nesse quadro, diante da nebulosa narrativa dos fatos, não restou clara a ameaça praticada pelo réu contra a vítima no dia 15 de novembro de 2017, pois além do depoimento desta e da testemunha Maria Cristilande, não há provas de que tal fato tenha ocorrido, conforme narrado na denúncia.*

*Por oportuno, destaco que esta Corte vem admitindo a*

*palavra da vítima como sendo suficiente a ensejar uma condenação, desde que em harmonia com as demais provas carreadas. Leva-se, então, em consideração, o conjunto probatório o qual, considerado suficiente, enseja uma condenação.*

*Contudo, o caso em análise mostra-se diametralmente oposto ao rotineiramente decidido neste Sodalício, posto que as declarações da suposta vítima e da testemunha não trazem a convicção para a condenação o réu.*

*Assim sendo, conforme se infere dos depoimentos colhidos, não existe nos autos prova firme, forte e clara a ensejar um decreto de cunho condenatório. [...]*

*Portanto, ao meu juízo, entendo que resta fragilizada a versão constante na denúncia, pois a mera suspeita. De mais, a acusação nada trouxe ao caderno processual que fosse possível reconhecer como prova penal capaz de amparar o juízo condenatório.*

*Assim, não se pode negar ao réu o benefício da dúvida, não implicando, contudo, em reconhecer como falsa a alegação acusatória, mas sim de que não é possível confirmá-la.[...].*

*Desse modo, não estando presentes com a certeza necessária elementos suficientes a embasar um decreto condenatório, a absolvição do apelante é medida que se impõe, pois para haver condenação deve haver prova, ônus que incumbia à acusação e que não foi realizado a contento, razão pela qual o princípio constitucional da presunção de inocência deve ser respeitado e a dúvida favorece ao réu, sempre.*

*In casu*, verifico que para desconstituir tal entendimento da Corte de origem, seria necessário o reexame de fatos e provas dos autos, o que é vedado na via eleita, por incidência do óbice do Enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Destaco, nesse sentido, os seguintes julgados:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DÚVIDA QUANTO À MATERIALIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA CONTRAVENÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA. [...]. 2. A desconstituição do julgado por suposta violação à lei federal, no intuito de abrigar o pleito de condenação do réu pelo delito do artigo 217-A, caput, do Código Penal, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário a este Sodalício aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n. 7 da Súmula desta Corte. 3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1705203, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 16/11/2018).**

**PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCUSSÃO. PLEITO DE CONDENAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. A instância ordinária, soberana na análise da prova, firmou compreensão de que não haveria nos autos provas suficientes de autoria e materialidade do crime de concussão, de modo que rever tal posicionamento demandaria reexame fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1637017, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SETA TURMA, DJe 02/05/2018) (grifos meus).**

Diante do exposto, com fundamento na Súmula 568/STJ, conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator